

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO nº , de de 2020
(Dos Srs. Israel Batista, Célio Studart, Enrico Misasi e Sr^a Leandre Dal Ponte)

Solicita informações ao senhor Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações, sobre a implantação de uma estrutura paralela e exoneração de servidora do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Senhor Presidente,

Com base no artigo 50 da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que sejam solicitadas as informações abaixo arroladas ao senhor Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, sobre a implantação de uma estrutura paralela¹, a qual, segundo denúncia dos servidores, “opera, governa e decide sobre o INPE, mas que não existe na regulação administrativa”, e do anúncio de um processo de reestruturação do órgão², após a divulgação das denúncias, bem como quanto a exoneração de servidora do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Dra. LUBIA VINHAS, do cargo de Coordenadora-Geral de Observação da Terra, por meio da Portaria nº 2843³ de 06 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2020, que cuja área é a responsável, entre outras atribuições, pelo monitoramento da devastação da Amazônia, por meio do sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), que apontou, índices recordes de aumento do desmatamento na região Amazônica, colocando o País na incômoda posição de vilão ambiental mundial e sujeito a represálias comerciais, justamente por estar produzindo em bases não sustentáveis.

¹ <https://www.poder360.com.br/brasil/tecnicos-do-inpe-dizem-que-existe-estrutura-paralela-no-instituto/>

² http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5489

³ Diário Oficial da União de 13/07/20, Seção 2, página 5



JUSTIFICAÇÃO

Os alertas de desmatamento na floresta amazônica bateram recorde no primeiro trimestre de 2020, comparados ao registrado nos últimos quatro anos, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

De acordo com o INPE, o desmatamento da floresta amazônica **aumentou 34,4% no período entre agosto de 2018 e julho de 2019** na comparação com os 12 meses entre agosto de 2017 e julho de 2018, e chegou a 10.129 quilômetros quadrados, apontando o maior desmatamento anual desde 2008.⁴

De acordo com os dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o crescimento percentual do desmatamento foi o maior pelo menos desde o período de 2000/2001.

A Amazônia registrou 1.034,4 km² de área sob alerta de desmatamento em junho, recorde para o mês em toda a série histórica iniciada em 2015. No acumulado do semestre, os alertas indicam devastação em 3.069,57 km² da Amazônia, **aumento de 25% em comparação ao primeiro semestre de 2019.**⁵

No que diz respeito ao monitoramento das queimadas, temos que, de acordo com os dados do INPE até o dia 09 de julho de 2020, **foram detectados 27.293 focos de calor**, em todo o País, antes mesmo do início da fase mais crítica, em termos da diminuição da umidade relativa do ar, o que, per si, é bastante preocupante.

Desde o início da atual gestão do Governo Federal, temos assistido, lamentavelmente, a um processo de sucateamento e desestruturação dos órgãos responsáveis pela gestão ambiental no País, bem como, paralelamente, a um processo de enfraquecimento de toda nossa base legal, com a priorização de um “desenvolvimento”, a qualquer custo, sem considerar, em nenhum aspecto, a responsabilidade do Estado para cumprir e fazer cumprir os ditames emanados pela nossa Constituição Federal, especialmente o disposto no seu artigo 225.

Também foram evidenciados importantes cortes no orçamento destinado as atividades de controle e fiscalização do desmatamento e das queimadas, dos órgãos responsáveis.

⁴ <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/06/09/desmatamento-na-amazonia-passa-de-10-mil-km-entre-agosto-de-2018-e-julho-de-2019-com-revisao-de-dados-do-prodes-do-inpe.ghtml>

⁵ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/10/acoes-contr-desmatamento-comecaram-tarde-diz-mourao-sobre-aumento-de-alertas-na-amazonia.ghtml>





O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), podem até mesmo ficar sem recursos para abastecer seus carros, necessários no processo de fiscalização⁶.

Esta opção por uma gestão suicida, em termos socioambientais, acabou se materializando em resultados, altamente, insatisfatórios, refletidos, no caso da Amazônia, pelo aumento nos índices de desmatamento e queimadas.

Em meio a tudo isto, a tendência cada vez mais crescente dos índices do desmatamento, a certeza de uma política vigente do “vai passando a boiada”, o senhor vice-presidente Hamilton Mourão, que comanda o Conselho da Amazônia, em 10 de julho de 2020, colocou que o recorde de alerta de desmatamento na região no mês de junho ocorreu **porque as ações do governo federal começaram “tarde”**.⁷

Toda esta negligência, em termos da efetiva proteção ambiental, trouxe diversas consequências do ponto de vista **da credibilidade do País e de ameaças quanto a não efetivação de Acordos comerciais**, o que, representarão para a nossa Nação, prejuízos incalculáveis, além das evidentes e inestimáveis perdas do ponto de vista socioambiental, representadas pela não proteção aos povos indígenas, sublinhamos, em tempos de COVID, e da perigosa diminuição dos relevantes serviços ecossistêmicos prestados pelas florestas, colocando em risco, a segurança hídrica, energética e alimentar do País.

Por fim, o próprio setor produtivo nacional também expressou suas preocupações no que tange a necessidade de proteção da floresta amazônica, por meio da promoção de ações eficazes contra o aumento do desmatamento e das queimadas na região.

Executivos de 38 empresas brasileiras e estrangeiras encaminharam, em 07 de julho de 2020, ao senhor Vice Presidente da República, um documento intitulado de **"Comunicado do Setor Empresarial Brasileiro"**, que também é assinado por quatro entidades setoriais do agronegócio, do mercado financeiro e da indústria, apontando a preocupação do grupo com a imagem negativa do Brasil no exterior por causa de sua política ambiental **e defende medidas para conter o desmatamento e criar uma estratégia de desenvolvimento econômico sustentável**.

⁶ <https://www.poder360.com.br/governo/governo-corta-verba-ibama-e-icmbio-podem-ficar-sem-gasolina/>

⁷ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/10/acoes-contr-desmatamento-comecaram-tarde-diz-mourao-sobre-aumento-de-alertas-na-amazonia.ghtml>



No comunicado, os empresários dizem que a **"percepção negativa sobre a política ambiental brasileira tem um enorme potencial de prejuízo para o Brasil, não apenas do ponto de vista reputacional, mas de forma efetiva para o desenvolvimento de negócios e projetos fundamentais para o país".⁸**

Está preocupação foi, novamente, sublinhada em reunião virtual, realizada em 09 de julho de 2020, com presidentes e executivos de várias empresas **dos setores de celulose, petróleo, mineração, cosméticos, agronegócio, frigoríficos, bancário, fundos de investimentos, além da presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).**

O descaso com o nosso meio ambiente acabou por abrir as cortinas de uma realidade amarga para o nosso País, em termos internacionais, colocando em risco diversos Acordos comerciais, com o risco da adoção de represálias aos nossos produtos, por não estarem sendo concebidos em bases não sustentáveis.

Após a reunião virtual, o vice-presidente Hamilton Mourão e os ministros Tereza Cristina (Agricultura) e Ricardo Salles (Meio Ambiente), em coletiva para falar do encontro virtual que tiveram com o grupo de investidores que manifestou preocupação com a política ambiental brasileira, tentaram, mais uma vez, argumentar que o país está **cuidando da Amazônia e que preocupações externas são produto de desinformação.⁹**

Produto de desinformação, realmente, foram **as declarações dadas pelos ministros, com várias distorções, erros e inverdades sobre temas que vão das queimadas à grilagem, passando por causas do desmatamento e supostas razões comerciais para as pressões externas.**

Não adianta reconhecer **que estão tomando providências tardiamente, procurando justificar a situação como se tudo estivesse dentro da normalidade**, por meio de premissas equivocadas e distorcidas, sem nenhum amparo técnico e respaldo da verdade dos fatos.

Nesta esteira, **da desinformação**, mais uma vez, o governo parece eleger um culpado para a crise ambiental, no que tange a divulgação dos dados de aumento dos índices de desmatamento e queimadas na Amazônia. **Trata-se da exoneração, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2020, da coordenadora-geral**

⁸ <https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2020/07/07/empresarios-enviam-carta-a-mourao-pedindo-combate-ao-desmatamento-e-ele-diz-que-agira-para-melhorar-politica-ambiental.ghtml>

⁹ https://fakebook.eco.br/em-coletiva-governo-desinforma-sobre-amazonia/?fbclid=IwAR0m_bwglFRPsrPDtWVK4-NHdMymDXLh-rbQmsZuvQ7Pj5lNdj0Zs-gLeU



de Observação da Terra do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Lubia Vinhas, cuja área é a responsável, entre outras atribuições, pelo monitoramento da devastação da Amazônia, por meio do sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter).¹⁰

Não é a exoneração da Coordenadora que vai fazer que os resultados do combate ao desmatamento na Amazônia e outros ilícitos ambientais melhorem! **Não é repetindo os mesmos erros cometidos em 2019, com a exoneração do então diretor do INPE, Ricardo Galvão, e maquiando dados que vamos resgatar a credibilidade do Brasil.**

Em 2019, o então diretor do Instituto, Ricardo Galvão, cientista respeitado em todo o mundo, se tornou alvo de uma série de críticas do presidente após divulgar que houve um aumento de 88% nos índices de desmatamento da Amazônia em junho em comparação com o mesmo mês de 2018. O embate ocorreu em um momento em que o presidente enfrentou questionamentos dentro e fora do Brasil sobre sua política ambiental e sua postura em relação à Amazônia, cuja preservação é considerada crucial para mitigar efeitos do aquecimento global, e culminou com a injusta demissão do diretor do Inpe. Na sequência o ministro afirmou, na ocasião, que os últimos dados de desmatamento apresentados pelo Inpe eram imprecisos e que a pasta, pretendia adquirir um novo sistema ¹¹! **Gastar mais, para ter de menos!**

Como se tudo isto não bastasse, agora, fomos surpreendidos com uma denúncia dos servidores do INPE sobre uma estrutura paralela. Na carta¹² endereçada ao senhor Professor Doutor Augusto Cesar Gadelha Vieira, membro do comitê de escolha do novo diretor da instituição, colocam que o atual Diretor interino “tem prosseguido, **em virtual sigilo, com uma reestruturação da instituição sem qualquer critério, técnico ou de gestão, aceitável. Em uma decisão totalmente autoritária, sem se saber de onde veio, estabeleceu uma nova estrutura de gestão, que está sendo implantada via um novo Regimento Interno**, o documento maior que estabelece as normas de funcionamento institucional”. Enfatizam ainda que “**existe uma estrutura administrativa oficial, a que está no regimento atual e válido, e uma estrutura paralela, que opera , governa e decide sobre o INPE, mas que não existe na regulação administrativa. É importante ressaltar que essa estrutura paralela de gestão incluiu a verticalização e**

10 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/13/apos-recorde-de-alerta-de-desmatamentos-na-amazonia-governo-exonera-coordenadora-do-inpe.ghtml>

11 <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2019/08/02/a-polemica-que-derrubou-diretor-do-inpe-orgao-que-monitora-desmatamento-na-amazonia.htm>

12 https://static.poder360.com.br/2020/07/Carta-inpe-14.jul_.2020.pdf



unificação de comando aos moldes das estruturas militares, claramente na contramão das tendências atuais de pesquisas em redes colaborativas com liberdade acadêmica e autonomia científica”.

Isto, certamente, diminuirá a alta credibilidade técnica do INPE, fazendo com que, a livre expressão do conhecimento técnico, refletindo a realidade dos biomas monitorados, seja, substituída, gradualmente, pela “verticalização e unificação de comando”, diminuindo, obviamente, a liberdade de expressão.

Bastaria observar os artigos 225 e 231 da nossa Carta Magna, para que isso aconteça.

O Governo precisa e deve retirar a marca do negacionismo como fato característico de sua administração, para justificar o não enfrentamento das diversas questões socioambientais, com reflexos diretos na economia e na qualidade de vida das pessoas.

Já no início da gestão, tivemos **o negacionismo do ministro do meio ambiente quanto à existência das mudanças climáticas¹³**, agora, mais recentemente, **o negacionismo quanto a real dimensão do alcance de destruição do COVID-19, que já ceifou mais de 72.000¹⁴ vidas no nosso País, sendo tratado como se uma “gripezinha”¹⁵ fosse**, e, agora, **a repetição do negacionismo quanto aos dados divulgados pelo INPE, no que diz respeito ao aumento do desmatamento e das queimadas no País.**

Basta negar, assim o problema não existe e não se precisa tomar providências.

Ora, a floresta em pé, independentemente das questões comerciais aqui afloradas, precisa e deve ser priorizada. Os seus relevantes serviços ambientais são primordiais para a garantia de uma melhor qualidade de vida para todos, bem como para a devida segurança hídrica, energética e alimentar. ¹⁶

Nunca é demais lembrar que a água é o principal insumo para a agricultura.

Assim, à luz desta realidade e deste incompreensível encaminhamento quanto a demissão da senhora Coordenadora-Geral do Inpe, bem como das denúncias dos servidores quanto a existência de uma “estrutura paralela” e ainda da existência de um

¹³ <https://epoca.globo.com/a-ignorancia-de-ricardo-salles-ministro-do-meio-ambiente-sobre-chico-mendes-23452042>

¹⁴ <https://www.poder360.com.br/coronavirus/brasil-tem-mais-733-mortes-por-covid-19-e-total-de-vitimas-vai-a-72-833/>

¹⁵ <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/gripezinha-e-histeria-cinco-vezes-em-que-bolsonaro-minimizou-o-coronavirus/>

¹⁶ Diversas Notas Técnicas da Liderança do PV

processo de reestruturação em curso no Instituto, que, a princípio diminuiria a transparência e a credibilidade internacional do órgão, arranhando ainda mais a nossa imagem, precisamos saber os motivos de tais atos, como se deram, e, principalmente, como isso irá contribuir, certamente, de uma forma negativa para o País.

Solicitamos, diante deste quadro preocupante, no que tange as importantes ações de controle e monitoramento do desmatamento e das queimadas na região Amazônica efetivadas pelo INPE, com o objetivo de subsidiar nossa ação parlamentar, em quaisquer fóruns, são necessários os seguintes esclarecimentos:

1. Quais as razões que levaram a exoneração da Dra. Lúbia Vinhas, do cargo de coordenadora-geral de Observação da Terra do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) ?

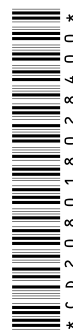
2. Houve alguma orientação e/ou pedido de outros setores do Governo Federal, para que isso acontecesse?

3. O senhor acredita que existe alguma inconsistência nos dados divulgados pelo INPE, no que diz respeito aos focos de calor e pelo monitoramento do desmatamento, tanto pelo DETER como pelo PRODES? Quais e por que?

4. A Portaria nº 2843/2020, tratando da exoneração da Dra. Lúbia Vinhas, estava datada de 06 de julho de 2020, por que apenas em 13 de julho de 2020 a mesma foi publicada? Houve alguma relação com a divulgação dos dados atestando, realmente, um aumento considerável do desmatamento na Amazônia?

5. A administração do INPE anunciou, agora, um processo de reestruturação do órgão, justamente, quando a denúncia dos servidores sobre um processo de funcionamento de uma estrutura paralela, passou a ser de conhecimento geral. Por que os servidores do órgão não participaram desse processo de reestruturação? Se o processo de reestruturação foi conduzido na observância dos princípios de transparência e participação, por que, a coordenadora-geral, da principal área de monitoramento, ficou sabendo de sua exoneração, apenas pelo Diário Oficial da União? Deselegância à parte, isto não se materializa como a condução de um processo solteiro, sem a participação do seleto grupo técnico do Instituto, levando a uma mudança de rotina e com reflexos na qualidade e segurança dos dados apresentados?

6. Neste momento, de total falta de credibilidade do Brasil, perante seus parceiros comerciais no mundo inteiro, o senhor avaliou o tamanho da contribuição para aumentar ainda mais este abismo, com a irrefutável prova de desconfiança dos dados



divulgados, inerentes ao aumento do desmatamento na Amazônia, materializado por um processo não participativo de uma das instituições de maior credibilidade internacional, justamente, em um momento, no qual o senhor Vice-Presidente da República, na qualidade de coordenador do Conselho Nacional da Amazônia, admite e promete, publicamente, a intensificação para conter o aumento do desmatamento e das queimadas na Amazônia? Foi apenas mais um ato impensado, falta de traquejo administrativo ou simplesmente, mais uma manobra grosseira para valorizar a desinformação em detrimento do conhecimento técnico e da realidade dos fatos?

7. A estrutura paralela de gestão, conforme denúncia dos servidores, incluiu a verticalização e unificação de comando aos moldes das estruturas militares, claramente na contramão das tendências atuais de pesquisas em redes colaborativas com liberdade acadêmica e autonomia científica. O que isto vai, na visão da administração superior da Pasta, melhorar em termos de gestão e transparência dos dados divulgados, e mais ainda, no efetivo esforço para conter o aumento, assustador, dos índices de desmatamento na região amazônica?

8- Qual o orçamento disponível do INPE para o ano de 2020 (disponível e utilizado). Houve redução, em comparação com os anos de 2018 e 2019? Gentileza disponibilizar planilhas comparativas.

9. Também como sabemos e amplamente divulgado pela imprensa, o Acordo Comercial União Europeia/Mercosul, está correndo um sério risco de não ser implementado, uma vez que, a Política Ambiental adotada pelo Governo Brasileiro, marcada pelo enfraquecimento institucional e pela política do “vai passando a boiada”, está causando, profundas e, talvez, irreparáveis, manchas na nossa imagem e na nossa credibilidade no exterior. Também a declaração formal do Comitê de Assuntos Tributários (Ways and Means Committee), o mais poderoso da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos da América (EUA) para assuntos comerciais, expressa o seu posicionamento contrário a que os Estados Unidos da América (EUA) firme acordos comerciais com o Brasil em função da nossa política ambiental. O que está realidade tem a ver com o processo de reestruturação do INPE?

10. O senhor acha que a estratégia governamental de argumentar, sem nenhum respaldo técnico, que o país está cuidando da Amazônia e que as preocupações externas são produto de desinformação, conforme divulgado, logo após uma reunião com representantes do setor produtivo e mais, de reconhecer que o aumento dos índices de desmatamento se deu em função de se começar “tarde” as ações de fiscalização, não são

contraditórias e podem arranhar ainda mais a nossa imagem?

11. O senhor, ainda no contexto da desinformação, tendo o principal órgão de monitoramento ambiental do País, sob sua responsabilidade, se sente confortável com a situação de “eventual desconfiança”, por parte de outras áreas governamentais, quanto aos dados divulgados pelo INPE, diga-se de passagem, com alta credibilidade em todo o mundo?

12. Por oportuno, também, por gentileza, encaminhar outras informações e/ou documentos que V.Exa julgar oportuno, objetivando o pleno desenvolvimento da nossa atividade parlamentar.

Sala das Sessões, em de julho de 2020.

Deputado ISRAEL BATISTA
PV-DF

Deputado CÉLIO STUDART
PV-CE

Deputado ENRICO MISASI
PV-SP

Deputada LEANDRE DAL PONTE
PV-PR





Requerimento de Informação **(Do Sr. Professor Israel Batista)**

Solicita informações ao senhor Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações, sobre a implantação de uma estrutura paralela e exoneração de servidora do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Assinaram eletronicamente o documento CD208018028400, nesta ordem:

- 1 Dep. Professor Israel Batista (PV/DF)
- 2 Dep. Leandre (PV/PR)
- 3 Dep. Célio Studart (PV/CE)
- 4 Dep. Enrico Misasi (PV/SP)